

# **A EFETIVA CONTRIBUIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**Franciele Aparecida Henrique Taveira**

francitaveira@gmail.com

Prefeitura Municipal de Campo Grande

**Luciana de Carvalho Santos**

lucianadecarvalho11@gmail.com

Prefeitura Municipal de Campo Grande

## **Resumo**

O presente artigo objetivou analisar o papel do Conselho na Gestão Escolar, a fim de perceber a influência da participação desse órgão na construção da democracia na escola. Desenvolvemos uma pesquisa qualitativa por meio de Estudo de Caso e aplicamos questionários com os conselheiros contendo questões dissertativas. Utilizamos como referência para os estudos os autores Lück (2001), Libâneo (2003) e outros, cujos trabalhos são voltados para democratização da gestão educacional, implantação e desenvolvimento dos Conselhos Escolares. Os questionários apontam para a participação efetiva dos membros nas reuniões e deliberações do Conselho Escolar pesquisado, favorecendo o envolvimento democrático e participativo da comunidade nas decisões pertinentes à Gestão Escolar. Concluímos que à escola em questão apresenta um Conselho Escolar participativo considerando seu importante papel no processo de democratização da gestão.

**Palavras-chaves:** conselho escolar, participação, gestão democrática.

## **Introdução**

Após alguns anos atuando na educação como professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Rede Municipal de Ensino na cidade de Campo Grande -MS, vimos a necessidade de retornar aos estudos e para tal fizemos o curso de especialização em Gestão Escolar de maneira que pudéssemos compreender a organização do sistema de ensino o qual estamos inseridos.

A justificativa para essa pesquisa reside na pretensão de fazer uma reflexão sobre a participação do Conselho Escolar, numa perspectiva democrática de gestão, o que se tornou oportuno face às transformações no cenário educacional com as alterações que foram provocadas por uma mudança na legislação, iniciada desde a Constituição de 1988 e

corroborada pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, que tem como um de seus princípios a gestão democrática do ensino público (BRASIL, 1996).

O Conselho Escolar reúne os representantes eleitos de todos os segmentos da comunidade escolar e divide com a gestão a responsabilidade maior pelos resultados da escola – mobiliza-se a capacidade de seus membros para pensar, julgar, propor, agir, escolher, deliberar e resolver o que for necessário, concretizando a vontade coletiva na Unidade de Ensino.

Nesse sentido, o problema de pesquisa foi delimitado da seguinte forma: o funcionamento do conselho escolar contribui para a democratização da gestão na escola municipal em análise? O objetivo geral consiste em compreender a participação do conselho na gestão escolar, assim como verificar o papel desempenhado por este conselho na construção da gestão democrática escolar.

Em relação aos objetivos específicos procuramos investigar literaturas que pudessem responder as questões relacionadas ao Conselho Escolar; Verificar se o Conselho Escolar participa, sugerindo, acompanhando e fiscalizando a utilização das verbas que a escola recebe e analisar se os membros desse órgão percebem que as ações deste têm provocado mudanças relevantes na gestão da escola.

Ao longo das unidades, vamos refletir sobre a importância desse envolvimento para a efetivação de uma gestão democrática e participativa, que busque cotidianamente a construção da autonomia da escola.

Pretendemos finalmente demonstrar que o fortalecimento do Conselho Escolar apresenta-se como uma proposta valiosa que visa envolver os diferentes segmentos escolares e a comunidade local na construção de uma educação de qualidade, possibilitando sempre um aprendizado coletivo e um processo de gestão em que a divisão de poder e de responsabilidade realmente aconteça.

### **Gestão democrática escolar**

A sociedade contemporânea em que vivemos vem passando por importantes transformações. O ambiente escolar também sofre essas interferências, dentre as quais, o conceito de administração foi substituído pelo de gestão no âmbito da educação, devido à

necessidade de novas práticas que possibilitassem o envolvimento da comunidade escolar nas decisões referentes à escola.

A mudança de nomenclatura “de administração para gestão” não foi somente uma mera substituição de termos. Mais do que isso, foi uma alteração de orientações que resultaram numa postura diferente em relação ao ensino brasileiro. Dessa forma, a gestão compreende a participação consciente das pessoas envolvidas nas decisões referentes à orientação e planejamento do trabalho escolar (Lück, 2001).

Ainda, Lück (2001, p. 2) ressalta que

[...] a ideia de gestão educacional desenvolve-se associada a outras ideias globalizantes e dinâmicas em educação, como, por exemplo, o destaque à sua dimensão política e social, ação para a transformação, globalização, participação, práxis, cidadania, etc.

Souza (2012, p. 159) alerta que

[...] a gestão escolar pode ser compreendida como um processo político, de disputa de poder, explícita ou não, no qual as pessoas que agem na/sobre a escola pautam-se predominantemente pelos seus próprios olhares e interesses acerca de todos os passos desse processo. Assim, visam a garantir que as suas formas de compreender a instituição e os seus objetivos prevaleçam sobre as dos demais sujeitos, a ponto de, na medida do possível, levá-los a agirem como elas pretendem.

Nesse sentido gestão escolar compreende as ações desenvolvidas no âmbito da escolar. Assim, cada escola deve elaborar e executar sua proposta pedagógica, administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiro.

Na gestão democrática tem se tornados frequentes, na área educacional, principalmente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9.394/96, referente à autonomia escolar presente no artigos 14 e 15 relatam que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios: "I participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes".

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 2006).

Sendo assim, a gestão democrática da educação está vinculada aos mecanismos legais e institucionais e à coordenação de atitudes que propõem a participação social: no planejamento e elaboração de políticas educacionais; na tomada de decisões; na escolha do uso de recursos e

prioridades de aquisição; na execução das resoluções colegiadas; nos períodos de avaliação da escola e da política educacional.

Evidente que não é fácil instaurar essa cultura de participação nas escolas, principalmente com tantas demandas. Assim, a gestão democrática e a autonomia da escola são elementos que devem ser incorporados aos sistemas de ensino, constituindo-se como importantes desdobramentos do princípio geral da gestão democrática. Libâneo (2003, p. 329) define o conceito de autonomia da seguinte maneira:

"[...] significa a capacidade das pessoas e dos grupos para a livre determinação de si próprios, isto é, para a condução da própria vida. Como a autonomia opõe-se às formas autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições dá-se pela participação na livre escolha de objetivos e processos de trabalho e na construção conjunta do ambiente de trabalho".

Desse modo, a participação requer a autonomia dos sujeitos na decisão de formas de trabalho que atenda às necessidades comuns dos sujeitos envolvidos.

### **O conselho escolar na gestão**

A Constituição Brasileira 1988, seguida por constituições estaduais e municipais, assim como também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) reafirmou a gestão democrática da escola. Entretanto, é importante que se tenha em mente que o exercício da gestão democrática, pois ela não deve ser vista e efetivada apenas pela sua base legal, mas por ser um processo contínuo e complexo que se desenvolve e evolui de acordo com a própria sociedade nesse sentido o governo brasileiro, inseriu alguns mecanismos, entre os quais, o Conselho Escolar.

A escola pública tem como objetivo formar cidadãos autônomos e críticos de sua realidade, construindo conhecimentos de forma participativa em busca do exercício da cidadania. O Conselho Escolar, enquanto instrumento de democracia, também apresenta papel decisivo nesse processo, uma vez que reúne todos os segmentos da escola para acompanhar e deliberar as ações desenvolvidas pela mesma.

O Conselho Escolar é o órgão consultivo, deliberativo e de mobilização mais importante do processo de gestão democrática na escola. Sua tarefa mais importante é o desenvolvimento da prática educativa e, nela, o processo ensino-aprendizagem. Assim, a função do conselho escolar é fundamentalmente político-pedagógica. É política, na medida em que estabelece as transformações desejáveis na prática educativa escolar. E é pedagógica, pois

indica mecanismos necessários para que essa transformação realmente aconteça. Nesse sentido, a primeira atividade do conselho escolar é a de discutir e delimitar o tipo de educação a ser desenvolvido na escola, para torná-la uma prática comprometida com a qualidade socialmente referenciada. (Programa de fortalecimento dos conselhos, caderno 2, p.21)

É competência também desse órgão, fiscalizar as questões financeiras das instituições, acompanhando de perto a realização das ações que foram desenvolvidas, definir e acompanhar o desenrolar do projeto político – pedagógico da escola, já que os conselhos são o sustentáculo do mesmo.

Esse programa do governo Federal procura concretizar os objetivos principais da educação, porém nem sempre tais necessidades são solucionadas, pois são muitas e por isso algumas passam despercebidas pelos órgãos federais. Diante dessa realidade, cabe aos conselhos escolares agir com maior intensidade, já que conhecem realidade à sua volta.

Com base nessa informação sobre conselhos escolares, podemos constatar que eles abrangem um caráter totalmente democrático em toda a sua essência. Nessa perspectiva, é primordial criar um conselho de maneira que venha contribuir com a formação do sujeito político em sua totalidade.

Recomenda-se que os Conselhos Escolares sejam constituídos por um número ímpar de integrantes, procurando-se observar as diretrizes do sistema de ensino e a proporcionalidade entre os segmentos já citados, ficando os diretores das escolas como “membros natos”, isto é, os diretores no exercício da função têm a sua participação assegurada no Conselho Escolar. Como todo órgão colegiado, o Conselho Escolar toma decisões coletivas. Ele só existe enquanto está reunido. Ninguém tem autoridade especial fora do colegiado, só porque faz parte dele. (Programa de Fortalecimento dos Conselhos; caderno 5).

Com isso, percebe-se que a contribuição do Conselho Escolar constitui a próprio expressão da escolar, como um instrumento de tomada de decisão, tendo em vista que ele não diminui em nada a administração do gestor escolar, mas auxilia e colabora com a instituição, apontando novos caminhos para o crescimento e o progresso da escola e do ensino aprendizagem.

Os conselheiros devem ser pessoas comprometidas com a comunidade escolar e local, já que são membros que estão diretamente em contato com a população e conhecem a realidade que a cerca. Suas funções são bem complexas pois envolvem várias questões pedagógicas, financeiras e administrativas presente na escolar.

Consultiva ao prestar assessoria, analisado as questões levantadas pela comunidade escolar apresentando sugestões e/ou soluções. Deliberativa ao decidir sobre o Projeto Político-Pedagógico da escola, garantindo a elaboração do regimento escolar e o funcionamento geral das escolas. Fiscalizadora ao acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras. Mobilizadora quando promove a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola contribuindo para a efetivação da democracia participativa. (Programa de Fortalecimento dos Conselhos; caderno 2.)

É fundamental, que o conselho escolar se reúna ao menos uma vez por mês com uma pauta bem organizada e distribuída previamente a todos os membros do conselho, buscando junto a cada representação do segmento, discutir e definir em conjunto os conteúdos que serão apresentados no decorrer da reunião.

Mesmo acontecendo às reuniões mensais, é dever dos conselheiros sempre que preciso convocar os seguimentos que representam para mantê-los informados sobre as decisões tomadas. Contudo, nas assembleias gerais, as decisões devem refletir os interesses e o ponto de vista de cada seguimento envolvido nesse processo de melhorias para a instituição de ensino, visando uma educação de qualidade.

Portanto, podemos perceber que os conselhos escolares desempenham uma função de grande importância na execução das ações desenvolvidas nas escolas públicas, nos seus projetos educativos e sociais, apontando novos caminhos para uma gestão democrática, que vise o progresso escolar.

### **Questões metodológicas**

A primeira etapa de realização da pesquisa consistiu na sistematização das informações partindo de uma pesquisa bibliográfica em livros e/ou materiais disponíveis na internet, priorizando as fontes atuais, seguindo de um estudo de caso com a escolha da escola, por meio da análise qualitativa.

Para conceituar a análise qualitativa, buscou-se em Gil (2003, p. 133) a sua explicação:

[...] A análise qualitativa depende de vários fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução de dados, a caracterização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

A coleta de dados foi de um estudo de caso ao investigar um conselho escolar de uma escola municipal na cidade de Campo Grande - MS. Foi realizada uma análise e uma reflexão crítica construtiva dos dados coletados nos questionários aplicados a alguns conselheiros escolares, sobre o funcionamento desse órgão.

Participaram dessa pesquisa dez pessoas envolvidos com o conselho escolar, respondendo cinco questionamentos. A primeira questão foi referente a função do conselheiro escolar? Tivemos como respostas: três são professores, uma supervisora, uma orientadora, dois do segmento administrativo da escola no caso secretário e diretor, um pai de aluno e dois alunos.

A segunda questão foi sobre o que você entende sobre conselho escolar? Todos responderam ser um órgão de instrumento da gestão democrática, espaço em constante construção de ideias para melhoria do ambiente escolar.

A terceira questão procurava saber como conselho escolar realiza as reuniões dos conselheiros? Se sim, quando isso ocorre? Nas respostas obtidas todos responderam que sim, havendo uma comunicação verbal entre os membros e sempre se reúnem quando necessitam resolver alguns problema pertinente a escola.

A quarta questão tratava sobre como o conselheiro tem colaborado com o gestor, discutindo e compartilhando responsabilidades referentes aos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da escola? Todos responderam que sim, cada um cumprindo o seu papel específico dentro do conselho.

Já o quinto questionamento é referente a participação do conselheiro como ele contribuiu para uma gestão democrática? A grande maioria respondeu que sim, por meio de uma maior transparência das tomadas de decisões e ações em que a escola se constrói na ação de todos, sendo responsáveis na comunidade escolar.

Por fim, com base na análise das respostas dos questionamentos, observamos que todos sabem e conhecem a da função de conselho e que ambos trabalham para manter uma gestão democrática.

### **Considerações finais**

A realização dessa pesquisa tornou-se um desafio para o nosso crescimento profissional, já que atuamos na área da educação a mais de dez anos como docentes e não

tínhamos observado o funcionamento do conselho escolar na escola e seu entendimento na parte burocrática do sistema de ensino.

Com base no estudo realizado sobre o papel do Conselho Escolar em uma Gestão Democrática, percebemos que os membros constituintes participam de maneira efetiva e prática e que eles tem consciência da importante função que atuam na escola, para que possam contribuir com a sua caminhada de construção, participação e com a democratização da Gestão Escolar.

## Referências

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. N.9.394/96**. Brasília: senado, 2002.

, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**/ Elaboração Ignez Pinto Navarro [et. al] Brasília – MEC; SEB. 2004 (Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares). Caderno 2.

, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e o Respeito e a Valorização do Saber e da Cultura do Estudante e da Comunidade**/Elaboração Ignez Pinto Navarro [et. al] Brasília – MEC; SEB. 2004 (Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares). Caderno 3.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; Toschi, MIRZA Seabra. **Educação escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LÜCK, H. **A evolução da gestão educacional a partir de mudança paradigmática. 2001**. Disponível em: <https://progestaoead.files.wordpress.com/2009/09/a-evolucao-da-gestao-educacional-h-luck.pdf> Acesso em 29/01/2018